

# AUDIOVISUAL BRASILEIRO SOFREU CENSURA? ABORDAGEM EXPLORATÓRIA DA COBERTURA MIDIÁTICA ENTRE 2019 E 2020

## "DID BRAZILIAN AUDIOVISUAL CONTENT FACE CENSORSHIP? AN EXPLORATORY APPROACH TO MEDIA COVERAGE BETWEEN 2019 AND 2020."

Bruno Vilas Boas Bispo\*

Gabriela Protásio Mota\*\*

Rafaela Santiago Lobo\*\*\*

### Introdução

Considerando a ascensão de um governo de tendência bolsonarista, caracterizado por uma abordagem neoconservadora de extrema

direita, com práticas populistas e autoritárias no Brasil (GUIMARÃES; SILVA, 2021; CESARINO, 2019; ALMEIDA, 2018; SAUVÊTRE; DARDOT; LAVAL, 2020)<sup>1</sup>, incluindo declarações públicas de representantes do alto

1 As diversas classificações atribuídas a esse governo no campo da sociologia e da ciência política incluem referências à nova direita, neofascismo, populismo de direita, extrema direita, liberalismo e ultraliberalismo, entre outras. A multiplicidade de abordagens sugere a complexidade desse fenômeno político, e não é surpreendente que o termo “bolsonarista” seja amplamente utilizado pelos acadêmicos, juntamente com a designação de “extrema direita”. Essas categorizações serão adotadas neste trabalho, ao menos temporariamente. O cenário ressalta a importância de entender o comportamento do governo em relação às políticas culturais, mediado pela cobertura midiática, como um contributo para o desenvolvimento das reflexões nas ciências sociais sobre o tema, levando em consideração

\* Pós-doutorando na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Alfenas, MG, Brasil. Professor Adjunto na Universidade de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. E-mail: bruno.vbb@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9138-8247>.

\*\* Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil. E-mail: gabrielaprotasiom@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0599-0520>.

\*\*\* Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil. E-mail: rafaela.lobo@live.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7227-8998>.



escalão que defendem o controle direto da produção cultural e artística, este trabalho faz parte de uma agenda de pesquisa que busca compreender as práticas do Governo Federal voltadas à Cultura – em especial ao audiovisual, no que diz respeito às políticas de regulação, incentivo e controle da produção. Nosso objetivo é apresentar um panorama da cobertura midiática das ações governamentais relacionadas à arte e cultura, resumindo de forma concisa notícias publicadas no período entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020 e conduzindo uma análise crítica exploratória. Esse panorama visa identificar possíveis indícios de restrição à liberdade artística ou casos de censura. Para efeito desta exposição, inicialmente elaboramos um breve diálogo teórico acerca da censura, especialmente com as contribuições de Maria Cristina Castilho Costa, buscando elaborar reflexões que contribuam para uma possível atualização do conceito em diálogo com as dinâmicas sociais contemporâneas.

Em seguida, analisamos notícias relacionadas ao primeiro e segundo escalão da Secretaria Especial de Cultura, com foco em reportagens específicas relacionadas à ANCINE (Agência Nacional do Cinema). Para isso, empregamos o serviço do Google Alerts com as seguintes palavras-chave: Censura Ancine; Censura Arte; Censura Bolsonaro; Mario Frias; Secretaria Cultura – o que resultou em um banco de mais de 2300 notícias relacionadas, catalogadas a partir de diversas fontes jornalísticas disponíveis na internet.

Ademais, elaboramos uma classificação interna para a análise das notícias, de acordo com a atuação do governo. Qual seja,

notícias relacionadas a: 1) Arquitetura Institucional, onde observamos mudanças no organograma ou estrutura burocrática do Estado, alterando fluxos dos processos administrativos e/ou subordinações entre instâncias; 2) Nomeações e exonerações de cargos importantes da Secretaria e suas subsidiárias, especialmente a Ancine; 3) Ações e omissões de gestores que interferiram de forma substantiva em processos administrativos vinculados ao nosso objetivo; 4) Denúncias públicas de censura, elaboradas por servidores, políticos, artistas e produtores; e, por fim, 5) Pressões e polêmicas que o governo sofreu ou se envolveu em sua relação com os outros poderes, ou instâncias do Estado, ou a sociedade civil, envolvendo principalmente o setor cultural e a mídia.

Através do contato com o material analisado, identificamos que a intervenção do governo na produção cultural tende a abarcar, concomitantemente, aspectos econômicos (através da escassez de suas fontes de financiamento ou a promoção de obras alinhadas), institucionais (restringindo políticas públicas e inviabilizando ou fechando instituições culturais) e ideológicos (afetando obras com discursos específicos combatidos pelo neoconservadorismo).

Dada essa observação, abordaremos através deste trabalho algumas ações governamentais observadas na fase exploratória da pesquisa em curso, ilustrando a divulgação midiática da orientação política do governo para o campo da Cultura.

Para efeito de contextualização, observamos, desde as iniciativas tomadas em 1991 com a criação da Lei nº 8.313/91<sup>2</sup> (“Lei

a possibilidade de futuras revisões classificatórias.

2 De acordo com seu regimento interno, o Conselho Superior do Cinema tem por finalidade a formulação e a implementação de políticas públicas ativas para o desenvolvimento da indústria cinematográfica e audiovisual nacional.

Rouanet”), além do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) (BRASIL, 1991), o relativo desenvolvimento de uma arquitetura institucional jurídica e econômica de fomento da indústria audiovisual no Brasil.

Tal desenvolvimento foi classificado por Zubelli (2017) em três fases: a primeira fase, caracterizada por uma intervenção indireta do Estado, perpassando os governos dos presidentes Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003), pautadas na Lei Rouanet (1991) e na Lei do Audiovisual (1993); a segunda, com a formação de um tripé institucional incluindo a criação da Ancine durante o governo FHC; e uma terceira, iniciada durante o governo de Lula (2003-2011).

A primeira fase, como já explicitado, abarcou desde as iniciativas do então Secretário da Cultura do governo de Collor, Sérgio Paulo Rouanet, incluindo intervenções sob a administração do presidente Itamar Franco e, em menor grau, da presidência de FHC. Essa fase se caracterizaria por uma orientação neoliberal que buscava afastar ao máximo a participação do Estado no setor, orientação sucessivamente atenuada após a lei que ficou conhecida por Lei Rouanet. Suas práticas se pautavam principalmente pela renúncia fiscal através da Lei Rouanet (1991) e da Lei do Audiovisual (1993). Tal modelo começaria a mostrar resultados em 1995, logo apresentando limitações, o que teria sido demonstrado tanto pela quantidade

de filmes lançados, quanto pela participação dos filmes brasileiros no mercado nacional (*market share*) (ZUBELLI, 2017).

Na segunda fase, um novo conjunto de políticas públicas teria forjado o que Zubelli (2017) chama de tripé institucional a partir do ano 2000, onde, diante de uma série de acusações de corrupção que afetariam a segurança institucional das fontes de financiamento e dos gargalos enfrentados pelos mecanismos de incentivo, o setor cinematográfico se reuniu no III Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), cujo intuito teria sido se afirmar como instância de proposição articulada do setor do audiovisual com diversos agentes dessa cadeia industrial, para proposição de políticas integradas ao desenvolvimento do cinema brasileiro.

Ainda no ano 2000, foi criado o Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (GEDIC), composto por seis representantes do Estado<sup>3</sup> e seis do setor<sup>4</sup>. O resultado da conciliação entre o Gedic e o III CBC foi um relatório de propostas para o setor. O relatório não criticava o sistema indireto de participação governamental, mas propunha tanto o aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo indireto existentes quanto o fortalecimento do papel do Estado na economia do audiovisual. Segundo Santana (2019), tal documento resultou na recomendação de um pacote de cinco ações que conformam as bases da Medida Provisória nº 2.228-18, de 2001<sup>5</sup>.

3 Os representantes do Estado seriam os cinco ministros: Casa Civil Fazenda; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Comunicações e Cultura; e o Secretário Geral da Presidência.

4 Após os drásticos efeitos da Medida Provisória nº 151/1990, com um pacote de medidas entre as quais o Presidente Fernando Collor extinguiu as medidas de incentivo governamental ao setor audiovisual e pôs fim aos diversos órgãos federais, tais como: o Ministério da Cultura, transformando-o em uma secretaria de governo; a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme); o Conselho Nacional de Cinema (Concine); e a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB). Estes três últimos representavam o antigo tripé de sustentação da política audiovisual brasileira, até então exclusivamente cinematográfica.

5 “Efetivamente, é possível afirmar que a partir da edição da MP no 2.228-1/01, a política pública

Sob a orientação de governo que envolvia a criação de Agências Reguladoras, FHC funda a Ancine, através da Medida Provisória nº 2.228-1/01. Considerada um marco da consolidação da indústria cinematográfica brasileira, a referida Medida Provisória formou o “Tripé Institucional” de complementaridade de três órgãos estatais coordenados para desenvolver a Economia do Audiovisual. O referido tripé seria composto pelo Conselho Superior de Cinema (CSC), então vinculado à Casa Civil, sendo responsável pela formulação de políticas públicas para o setor audiovisual; a Ancine, vinculada então ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que atua na regularização, fiscalização e fomento das atividades cinematográficas e videofonográficas brasileiras, tendo por fim promover a autossustentabilidade do setor; e a Secretaria do Audiovisual (SAv), vinculada ao Ministério da Cultura, cuja responsabilidade reside na promoção da produção de curtas e mídias-metragens, difusão de obras em festivais, formação de mão de obra qualificada e preservação do acervo cinematográfico brasileiro (ZUBELLI, 2017).

Um ano após a instalação da Ancine, o cinema brasileiro atingiu grande participação de mercado, alcançando 21,4% de *market share*<sup>6</sup>. Entretanto, apresentou novas dificuldades causadas por certa hegemonia da Globo Filmes, que utiliza estrutura de estúdios preexistentes e o sistema *Star System*,

diferentemente do restante da produção nacional.

No terceiro momento, já em 2003, sob o Governo Lula, há uma alteração no formato da intervenção estatal, com atuação direta do Estado. Entre os projetos do governo, estava uma nova proposição conceitual para a cultura, que deveria ser reflexo dos direitos humanos, costumes e crenças. A cultura é segmentada em três elos: produção simbólica (diversidade); direitos e cidadanias (inclusão social); economia (geração de emprego e renda).

Uma das principais mudanças na política audiovisual foi o rompimento do “tripé institucional” mencionado anteriormente, que consistia em três órgãos (CSC, ANCINE e SAv) vinculados a três ministérios (Casa Civil, MDIC e MinC). A Secretaria do Audiovisual (SAv) foi fortalecida como órgão do governo e se tornou agente central na formulação de políticas, enquanto o Conselho Superior de Cinema (CSC) teria sido esvaziado. Com a publicação do Decreto nº 4.858/03, a Ancine foi vinculada ao Ministério da Cultura (ZUBELLI, 2017).

Algumas mudanças institucionais, com relativas contradições internas, foram efetuadas sem, no entanto, resolver alguns gargalos da produção audiovisual, como as demandas de desenvolvimento tecnológico inerentes a tal indústria. Em complementação ao sistema de incentivos e renúncias fiscais, foi criado o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), por meio da lei nº 11.437/06 (ZUBELLI, 2017).

audiovisual assume uma nova configuração, preocupando-se, pela primeira vez, com o desenvolvimento da economia do audiovisual como um todo. Buscou-se avançar nas carências do binômio Lei Rouanet & Lei do Audiovisual que, em sua essência, são políticas de fomento voltadas estritamente à produção, isto é, a principal preocupação era voltada a retomada da produção de obras audiovisuais brasileiras. No entanto, apesar dessa tentativa de visualizar a política audiovisual de forma abrangente, a partir da MP de criação da ANCINE, ela está calcada na separação por segmentos de mercado, sem considerar as suas interações” (ZUBELLI, 2017, p. 63).

6 Maior participação de mercado desde a extinção da Embrafilmes.

A pesquisadora Zubelli (2017) elenca que, a partir de 2005, algumas mudanças no FSA, como o fomento seletivo para algumas linhas de apoio à produção audiovisual foi complementado por “mecanismos automáticos”, que passaram a ser definidos através da mensuração de critérios quantitativos. Assim, todos os projetos que atendessem aos critérios pré-estabelecidos por edital, estariam aptos ao recebimento dos recursos.

Tal orientação visaria reduzir as práticas clientelistas dos processos seletivos, apresentando critérios relativamente estáveis de seleção para democratizar as condições de acesso aos recursos. Segundo a autora, dentre os benefícios desse mecanismo, encontram-se:

- (i) maior transparência na escolha de projetos,
- (ii) menor interferência política no processo de seleção;
- (iii) maior velocidade na liberação de recursos;
- (iv) efeitos mais rápidos na economia do audiovisual devido ao ciclo de investimento mais curto;
- (v) alinhamento maior da política pública pela definição de critérios previamente especificados. (ZUBELLI, 2017, p. 72).

Desta forma, Zubelli (2017) afirma que, diferentemente do modelo de incentivos indiretos, por renúncia fiscal, o Estado passou a assumir diretamente o controle das políticas públicas, tanto através do estabelecimento de linhas de financiamento, como pela seleção de projetos, alterando não só a metodologia de seleção de projetos audiovisuais, mas recolocando no Estado o poder de decisão que havia renunciado anteriormente pela ação apenas indireta no modelo de incentivos. A criação do FSA representaria para a autora, portanto, uma tentativa mais articulada de política pública para o setor que intervém diretamente na economia. A partir de 2011, com o aumento da arrecadação de impostos específicos, os valores do fomento direto pelo FSA ultrapassaram os valores de

fomento indireto por recursos incentivados.

Posteriormente, Kátia Morais (2019) afirma que as mudanças implementadas nos critérios de seleção aprofundaram o viés industrialista do cinema, pois, ao criar um sistema de pontuação que estabeleceu bases de financiamento a partir do histórico, repercussão comercial das obras e condições estruturais das produtoras, gerou-se um obstáculo para o acesso de novos diretores e empresas independentes de pequeno porte.

No que se refere à intervenção estatal, concordamos com Ikeda (2022) ao considerar que as políticas públicas funcionam como importante mecanismo de salvaguarda do mercado audiovisual interno e são fundamentais para a nacionalização da produção no setor. Idealmente, a regulação estatal serve de contrapeso ao movimento global de massificação do consumo do audiovisual agindo no sentido da desconcentração das produções e da pluralidade das narrativas, independentemente das matrizes ideológicas dos governantes. Tal dinâmica, que envolve ao mesmo tempo uma disputa de mercado e de construção de imaginários envolvendo os países periféricos da geopolítica internacional, foi muito bem explicitada por Octavio Getino (1990) e Paulo Emílio Sales Gomes (2016).

Não obstante considerar que a política pública do Estado brasileiro para o Audiovisual estivesse inserida em um modelo neoliberal desde antes do governo Bolsonaro, mencionando alguns eventos ocorridos durante a gestão de Michel Temer, a pesquisadora Kátia Morais (2019) considera que desde janeiro de 2019 houve rupturas consideráveis com as medidas que garantiram o que a autora interpretou como um “[...] ciclo de desenvolvimento marcado por avanços significativos para a desconcentração e diversidade regional e cultural” (p. 59).

Kátia Morais (2019) teria apontado indícios de que o governo Bolsonaro pretenderia extinguir a Ancine e acabar com as políticas de incentivo à produção audiovisual no país. Essa intenção, entretanto, esbarraria na estrutura jurídico-institucional do órgão. Com essa impossibilidade de extinção da agência, o governo tentaria desarticular os alicerces da instituição, levando à paralisação e desmobilização de suas ações. Em relativa consonância e complementaridade com essa perspectiva, ao analisar os impasses na gestão da Ancine durante o governo Bolsonaro, Ikeda (2022) conclui que o grau de autonomia da agência estaria limitado, considerando-se a manutenção da institucionalização da política audiovisual e seus critérios técnicos.

Tais análises nos levam a questionar sobre como possíveis mecanismos institucionais poderiam ser utilizados, não somente sob uma perspectiva neoliberal de diminuição do papel do Estado e das políticas públicas especificamente voltadas à cultura e ao audiovisual, mas sobre como mecanismos de boicote e controle da produção cultural se aproximam assim de uma prática censora. Considerando esse bojo de questionamentos, passamos então à classificação das notícias, conforme os objetivos apontados.

## 1. Sobre a censura

Costa (2014a) apresenta uma perspectiva comparada no domínio da censura no Brasil e em Portugal, países com heranças comuns, mas trajetórias diferenciadas acerca do percurso da democracia e da liberdade de expressão. Nessa obra, a censura é considerada como um conjunto articulado de elementos e características presentes nos sistemas políticos e midiáticos, sendo este moldado pelos contextos mais vastos da história,

estrutura e cultura política dos países.

Partindo da premissa de que os sistemas políticos podem influenciar a estrutura das instituições de mídia, Costa (2014a) considera a noção e as expressões da democracia como fenômenos instáveis, descontínuos e sujeitos a mudanças. A autora explora como as contínuas transformações dentro da democracia incidem sobre os direitos de cidadania e liberdade de expressão. Isso abrange tanto a liberdade de acesso à esfera pública, como o alcance a fontes diversificadas e à capacidade de publicar ideias dissonantes.

Nessa obra, Costa (2014a) afirma existir pelo menos três tipos de censura: a institucional, a estrutural e a autocensura. A institucional, que diz respeito aos cortes e proibições feitos pelo Estado, seria a mais visível e documentada – portanto, é possível traçar o seu percurso e influência sobre um determinado objeto de arte; a censura estrutural baseia-se na estrutura da própria sociedade e no sistema de circulação de um determinado tipo de discurso – ela se vale de uma hierarquia entre vozes que dominam e que são dominadas; a autocensura é a reação do indivíduo às duas primeiras, que surge de forma consciente ou inconsciente buscando equilibrar o desejo de expressão e as pressões sociais e políticas dominantes – essa expressão da censura representa um grande perigo para o cinema e para as artes em geral, pois inibe o processo de criação artística em si. Ainda que tenhamos também observado, de forma periférica, o aumento da expressão da segunda forma de censura, nos debruçamos na pesquisa aqui apresentada sobre a atuação estatal.

Chaparro (2014), por sua vez, considera que a censura é um exercício efetivo de poder. Trata-se de um mecanismo conservador de controle da oposição, da crítica, da opinião pública e meios de comunicação,

utilizado por aqueles que estão no poder, ainda que esse seja transitório. Assim, quanto mais autoritária a forma de poder estabelecida, maior controle ela exercerá sobre os artistas e intelectuais; quanto mais revolucionária for a arte, mais severos serão os mecanismos censórios.

No pensamento bourdieusiano, a censura seria sempre política, histórica, temporal, datada e se relaciona com o exercício do poder, privilégios e dominação (COSTA, 2016). Além disso, todas as ditaduras teriam utilizado a censura estatal e os órgãos de informação para se legitimar e preservar. Todavia, elas não seriam os únicos governos realizadores de atos censórios.

Na história política do Brasil, observa-se a ascensão e queda de distintos regimes políticos, onde diferentes escolas artísticas enfrentaram os rigores de uma censura que passou a fazer parte da cultura, da burocracia estatal e da recepção do público às propostas e inovações (BUCCI, 2014). Essa necessidade de enfrentamento constante teria contribuído, segundo o autor, para um cenário de produção cultural e artística nacional precário e pouco sustentável.

Tais práticas censórias no Brasil se formaram ainda durante as relações coloniais, possuindo distinções de acordo com o momento histórico, e atingindo o apogeu durante o período Pombalino (1768), quando tornou-se atribuição do Estado (COSTA, 2016). A autora ainda afirma que “[...] não podemos dizer que haja uma correlação entre regimes políticos e a prática da censura mas, apenas considerar que, em certos regimes, certos momentos, sob certos governantes, a censura se intensifica” (COSTA, 2016, p. 2).

A censura, representada pelo autoritarismo e o controle da circulação de ideias, esteve presente no Brasil desde a Colônia, permanece na República, tornando-se mais

agressiva durante o governo de Getúlio Vargas, com queimas públicas de obras (COSTA, 2008; 2014b; COSTA; SOUSA JUNIOR, 2018; GARCIA, 2009), e durante a ditadura militar, quando ganha novos contornos (FERNANDES, 2013; PINTO, 2014), não obstante existir a percepção de alguns pesquisadores de que as políticas culturais estariam permeadas por uma descontinuidade e relativo descaso por parte dos governos. Com a transformação da censura em atividade burocrática, teriam sido criados órgãos censórios no aparelho do Estado, atuando idealmente de forma impessoal, sistemática e rotineira. Essa sistematização envolveria hierarquias e procedimentos técnicos para diluir as responsabilidades e garantir o anonimato e impessoalidade do trabalho censório. Entretanto, muitas vezes os censores agiriam guiados por razões pessoais e princípios ideológicos ou políticos (COSTA, 2014a, 2014b).

Políticas de controle cultural foram praticadas amiúde por diversos governos de diferentes matizes ideológicas, o fomento às produções artísticas conecta-se à orientação dos grupos dominantes em cada sociedade. Isso ocorreu na indústria de Hollywood, na escola soviética e também na Alemanha nazista (PEREIRA, 2008).

A censura afeta todas as linguagens artísticas, como a música (NAPOLITANO, 2004), o teatro (COSTA, 2008) e o cinema (BISPO, 2021). O gradual acesso a documentos da época da Ditadura traz à tona detalhes da forma como as ações censoras funcionavam durante o governo militar no país (CARNEIRO, 2002).

Com o processo de redemocratização e a Constituição de 1988, se extinguiria oficialmente os órgãos censores e a existência desta enquanto política do Estado. Costa e Sousa Junior (2018) afirmam que, ainda

assim, houve a manutenção de práticas censórias de uma forma distinta e capilarizada, cujo fenômeno precisa de melhor caracterização. Identificou-se, nas suas observações, uma dispersão dos instrumentos censores no tecido social, de forma que os novos agentes que restringiriam a liberdade criativa, não estariam necessariamente vinculados a funções públicas destinadas exclusivamente a isso. Esse seria o caso, por exemplo, quando agentes de mercado detêm o poder de curadoria do seu financiamento, e indiretamente têm o poder de escolher quem teria suas obras financiadas, ou não. Esse processo de censura de mercado ocorre frequentemente através de políticas públicas como da Lei Rouanet. Quando o ato censor acontece deste modo, entendemos se tratar de censura difusa.

Nesse sentido, apresentamos alguns critérios identificados por Costa (2016, p. 11) para balizar a percepção de atos censórios:

1. A censura é um ato que visa alterar, modificar, silenciar, interditar manifestações de produção simbólica – livros, revistas, charges, encenações teatrais, músicas, danças, pintura, desenho, notícias, conteúdos digitais, games.
2. Esse ato tende a fazer com que o público, a quem a obra se destina, seja privado de seu conteúdo, como desejado pelo(s) autor(es) e seu público;
3. É preciso que o ato censório se dê no espaço público ou nele repercuta. Quando um jornalista é impedido de publicar suas ideias diferentes das da direção da empresa para a qual trabalha (editorial), o jornal está impedindo que tais interpretações dos fatos se divulguem ao público leitor;
4. A censura atua de forma a inibir certos conteúdos, sua menção ou defesa, sua discussão, buscando apagar interpretações da realidade não oportunas a certos grupos. Tende também a promover a autocensura. Isso significa que a principal motivação do ato censório e que o caracteriza é seu cunho ideológico;
5. Os atos censórios tendem a ser justificados por razões morais e éticas, sempre vistas como universais e não históricas. Tendem também

a ser considerados como forma de proteção a minorias, sejam elas crianças, mulheres, grupos étnicos ou em situação de risco;

6. A censura sempre explicita a interpretação de mundo que se torna inconveniente, indesejável e que se deseja silenciar;

7. O mais importante: o mundo que os atos censórios dizem defender não existe. Não há ideologias hegemônicas e sem dissidência, não há sociedade com relações afetivas, sexuais e familiares modelares, mas muitos arranjos pessoais, improvisados, dissidentes, inusuais, que assinalam para tendências de uma sociedade em movimento e em transformação (...).

Desta forma, a censura não teria mais um documento oficial ou um processo burocrático legitimador como no passado, ela se manifesta através de ações judiciais, pressão econômica, assédio moral, atitudes políticas de iniciativa de membros do Estado, práticas disfarçadas sob narrativas de proteção, política de comunicação ou ainda defesa da ordem social. Para identificá-la, na orientação da autora, precisamos utilizar recursos interpretativos que possibilitem evidenciar a intenção de silenciamento da oposição política, da crítica e da denúncia ideológica (COSTA, 2016).

Em conformidade com essas formulações, artistas e intelectuais, e também diversos setores da sociedade civil, denunciaram a existência prática de censura através de intervenções governamentais nas políticas públicas elaboradas para o fomento das atividades culturais do país durante o mandato de Bolsonaro. Assim, torna-se relevante investigar sobre possíveis mecanismos de intervenção do governo nas obras de arte, buscando refletir acerca da possibilidade de caracterizar essas intervenções como sendo ou não uma forma de censura através de diversas abordagens metodológicas.

Observamos, a partir do material midiático analisado, que o espectro da censura difusa se potencializa após a eleição de um

governo de extrema direita que emite reiteradamente declarações que variam entre a condenação de certas obras e políticas públicas de fomento, à defesa de uma necessidade de controle do conteúdo da produção cultural e, por outro lado, negam que haja censura governamental. Artistas, produtores culturais e intelectuais apontam sua existência prática através de intervenções governamentais restritivas nas políticas públicas que foram desenhadas para o fomento das atividades culturais do país.

O historiador Matthew Bunn (2015) oferece uma análise do que chamou por “Nova Teoria da Censura” que emergiu sob as influências de Foucault e Bourdieu. Segundo ele, o desenvolvimento dessa teoria destacaria a autocensura como um novo paradigma, relegando as formas tradicionais de censura a um papel secundário. Sua discussão reconhece as preocupações dos historiadores sobre a perda da especificidade da censura estatal, no entanto, propõe que não deve haver uma divisão rígida entre censura repressiva e censura estrutural. Em vez disso, sugere que as teorias mais recentes devem ser incorporadas para compreender os censores estatais como parte integrante das redes de comunicação.

Esse conflito entre aspectos da censura clássica e o que pesquisadores entendem como censura difusa é central para a nossa análise do potencial de censura observado.

Considerando-se o exposto, as observações iniciais das práticas de governo atual nos levam à hipótese ainda preliminar de que há um gradativo aumento da centralização do controle das políticas culturais<sup>7</sup> junto a uma prática ativa de boicote por parte do governo e cerceamento de temáticas

específicas dos editais, de forma a sugerir uma relativa diminuição da referida capilarização da censura observada por Costa (2016), ou ainda a concentração da atividade restritiva à cultura durante a vigência do governo em curso.

Artigos recentes sobre o tema indicam, por meio de várias abordagens, a existência de censura durante o período analisado. Sanglard, Orlandini e Oliveira (2023) argumentam que o cenário de ruptura democrática teria aflorado o passado autoritário do país, o que teria desembocado em diversos episódios de censura. Para tanto, as autoras monitoraram as produções culturais censuradas ou que tenham sido alvo de ataques de grupos conservadores que tiveram notoriedade nacional. Silva e Gonçalves (2023) concordam com as autoras supramencionadas de que a existência de atos censórios durante o período analisado teria paralelos com o último período ditatorial, indicando algumas permanências e transformações.

Achamos relevante aplicar a teoria de Darnton (2016), que examina a importância do controle das informações que moldam a mente e a cultura nas sociedades humanas, destacando como essa atividade desempenha um papel significativo na preservação do controle e da ordem, embora nem sempre consiga atingir completamente seus propósitos. Para ele, a censura seria uma ferramenta poderosa para manipular a produção e a disseminação da informação, sendo utilizada por diferentes regimes políticos ao longo da história como um meio crucial para sustentar o poder e o controle social. Ela também destaca que a censura se adapta às nuances do contexto histórico e cultural em que atua, agindo de acordo com os interesses

7 Ver os diversos relatórios sobre a lei Aldir Blanc.

institucionais em determinados momentos, mas não necessariamente em outros. Nesse sentido, não deveríamos entender a censura a partir de mecanismos esquemáticos, mas contextualizando tanto os agentes de censura quanto as instituições sociais que a possibilitam.

## 2. Arquitetura institucional

No que diz respeito às mudanças na arquitetura institucional relacionada à cultura, um decreto foi emitido no segundo dia de governo (BRASIL, 2019a) extinguindo o Ministério da Cultura e rebaixando-o à condição de secretaria especial subordinada ao recém-criado Ministério da Cidadania e Ação Social, juntamente com responsabilidades relacionadas ao Esporte e à Secretaria Nacional de Política sobre Drogas. Essa mudança desde o início sinalizou a falta de prioridade do governo em relação à questão cultural.

Posteriormente, em novembro do mesmo ano, a Secretaria mudou de Ministério, passando a subordinar-se ao Ministério do Turismo, alterando não somente aspectos formais do organograma, mas mudanças de sede e manejo de pessoal, incluindo nomeações e exonerações. Entre outras coisas, esse processo incluiu a alteração de várias subsidiárias vinculadas à Secretaria, como, por exemplo, a Agência Nacional do Cinema (ANCINE); o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); a Fundação Biblioteca Nacional (FBN); a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); a Fundação Cultural Palmares (FCP); e a Fundação Nacional de

Artes (FUNARTE).

Tais movimentações implicaram na diminuição da autonomia das subsidiárias, uma vez que cada grande mudança desta envolveu toda uma logística de infraestrutura, refletindo-se em uma relativa estagnação ou obstrução dos trabalhos na pasta.

Além disso, tivemos a mudança do Conselho Superior de Cinema<sup>8</sup>, que passou do Ministério da Cidadania para a Casa Civil em julho de 2019 (BRASIL, 2019b), efetuando uma descentralização da gestão das políticas de cinema e audiovisual<sup>9</sup>. Tal medida pode ser interpretada duplamente: por um lado, a centralização das funções de fomento, regulação e fiscalização na Ancine efetuadas durante o governo do PT, mas criticadas por parte da comunidade política e agentes culturais; por outro, a dispersão de atividades governamentais relacionadas ao audiovisual durante o governo Bolsonaro não é feita com amplo debate público e leva a gestão da política cinematográfica a um dos ministérios mais importantes, o da Casa Civil, trazendo-o para a pauta cotidiana do governo, que tem a capacidade de interferir negativamente nos encaminhamentos que tocam temáticas sensíveis à extrema direita. Após tal alteração, o Conselho Superior de Cinema ficou parado por aproximadamente um ano; em novembro de 2020 o presidente promulgou outro decreto com novas alterações para o Conselho e nomeou o então Secretário da Cultura Mário Frias para comandá-lo (CAZES; GOBBI, 2020).

Ademais, o governo federal assumiu a administração da Cinemateca em meio a uma forte disputa com o grupo Fundação

8 Incluindo produção, direção, pesquisa, distribuição, exibição e televisão.

9 Seriam elas: “1. Criação de um órgão gestor para o audiovisual, no modelo de Agência; 2. Redefinição e expansão das funções da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura; 3. Criação de um fundo financeiro; 4. Reforma da legislação existente para o cinema; 5. Formulação de uma legislação para televisão” (SANTANA, 2019).

Roquette Pinto, que estava à sua frente até então, em um processo que envolveu inclusive o uso da Polícia Federal para a entrega das chaves. Após a assunção da cinemateca pelo governo, permaneceu a negligência com sua manutenção predial e de seu acervo. A questão envolveu uma série de impasses com múltiplos agentes, incluindo a Justiça, o Ministério do Turismo, a Secretaria da Cultura, o Ministério Público, a Sociedade de Amigos da Cinemateca, entre outros<sup>10</sup> (CINEMATECA..., 2020).

Em setembro de 2019, a Instrução Normativa nº 149 da Ancine aumentaria, de forma significativa, as exigências para captação dos recursos do FSA, dificultando o acesso de produtoras menores, que são a maioria do ecossistema econômico do audiovisual (BARBOSA, 2019). Um ano depois, ocorreria uma das mudanças mais centralizadoras na área da política, quando Frias decidiu que todas as postagens em redes sociais e editais das empresas subsidiárias deveriam passar pela secretaria. A Portaria nº 3 (2020), de 4 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (BRASIL, 2020b), autonomia o secretário como ordenador das despesas do órgão, concentrando a gestão das verbas destinadas às políticas culturais.

Outro documento, um ofício enviado no mesmo dia à Ancine, à Biblioteca Nacional, à FCRB, à FCP, à Funarte, ao Ibram e ao Iphan, determinaria que nomeações ou exonerações para cargos comissionados e funções de confiança, requisições e que envolvam cargos comissionados; também substituições

de qualquer nível e todas as publicações em sítios, perfis, mídias digitais e portais oficiais das entidades vinculadas passariam a ser remetidas à Secretaria-Executiva ou ao Gabinete do ministro (AMADO, 2020). No nosso entendimento, tal centralização cria uma dinâmica burocrática a mais que aumenta o tempo entre a elaboração dos conteúdos e editais e a efetivação deles, diminuindo a eficiência e autonomia dessas subsidiárias, tanto no que se refere ao uso de suas verbas, quanto em relação ao conteúdo de suas políticas, além da relação com a sociedade em geral.

### 3. Nomeações e exonerações

Uma das principais formas para a efetivação da política do governo nas instâncias culturais é a possibilidade de nomeação e exoneração de responsáveis pelos cargos chave das instituições. Desta forma, através das nomeações efetuadas para Secretaria Especial de Cultura, podemos ter uma perspectiva mais apurada das relações políticas e orientação de governo nas nomeações relacionadas com as subsidiárias vinculadas à Secretaria.

Na Secretaria Especial de Cultura, ocorreram cinco nomeações para o cargo de secretário, o que reflete uma alta rotatividade de gestões que apresentaram conflitos internos ou externos ao governo. A primeira nomeação substituiu o secretário da gestão anterior por Henrique Medeiros Pires, no dia 4 de janeiro de 2019, que teria formação em políticas públicas e alguma experiência declarada na área de Cultura. Pires presidiu

10 Após o período analisado, em 17/12/2021, depois de 16 meses da gestão governamental da cinemateca, houve um incêndio de grande proporção, acarretando imensas e irreparáveis perdas no acervo e no patrimônio histórico imaterial (MERGULHÃO; QUEIROGA, 2021). Há fortes indícios de que o incêndio ocorrido na Cinemateca possui correlação direta com a negligência denunciada desde o início dessa polêmica. Não nos aprofundaremos nessa temática específica, uma vez que foge ao recorte temporal por nós delimitado.

a pasta por cerca de 8 meses, até que a polêmica envolvendo a suspensão da Chamada Pública BRDE-FSA PRODAV-08-2018, o teria feito pedir exoneração, acusando publicamente o governo de censura (PARA..., 2019).

Após o incidente, Ricardo Braga assumiu brevemente o cargo no Ministério da Cidadania entre setembro e novembro de 2019, quando saiu para ocupar um cargo no Ministério da Educação (RODRIGUES, 2019).

A dimensão neoconservadora do governo torna-se mais evidente quando o secretário que o sucede, Roberto Alvim, é afastado do cargo em apenas dois meses (CAZES; GOBBI, 2020), após copiar o discurso e usar referências visuais e sonoras do nazista Joseph Goebbels<sup>11</sup> (GOES; ARAGÃO; SOARES, 2020). Entre outras ações (NIKLAS, 2020a), o secretário havia declarado seu apoio público ao presidente antes de sua nomeação; fez, inclusive, um chamado público em junho de 2019, convocando artistas conservadores para criar uma “máquina de guerra cultural” (NIKLAS; GIANNINI; MAIA, 2019).

Após a polêmica envolvendo o discurso nazista, a atriz Regina Duarte é nomeada ao cargo em 4 de março de 2020. Durante seu período no cargo, ela esteve envolvida em eventos controversos, como minimizar as mortes causadas pelo Covid 19 e a prática da tortura, além de cantar uma música amplamente utilizada pelo governo ditatorial em entrevista (CNN BRASIL, 2020).

Após dois meses, a secretária pede afastamento alegando motivos pessoais e é substituída pelo ator Mário Frias em 20 de maio de 2020. O secretário declarou defender um “filtro” em relação a obras com temática LGBTQIA+, afirmando que “seguirá a linha estética do patrão” (LGBTFOBIA..., 2020).

Cabe lembrar que em agosto de 2019 o porta-voz da presidência afirmou que: “É muito importante que o produto da ANCINE esteja alinhado com o sentimento da maioria da nossa sociedade. Um sentimento de dever, de cultura adequada, um sentimento cristão” (DELLA COLETTA, 2019).

Em relação aos cargos subordinados à Secretaria, observamos uma expressão do conservadorismo nas nomeações, bem como uma considerável influência de setores militares e evangélicos. Além disso, há algumas exonerações que sugerem a tentativa de censura no interior da Secretaria e suas subsidiárias.

Sob a supracitada gestão de Alvim, por exemplo, houve uma sucessão de exonerações, que teriam incomodado inclusive aliados do governo, com o intuito de “desaparelhar” a cultura (ALIADOS..., 2019), segundo declarações oficiais. Por exemplo, a coordenadora da Funarte SP, Maria Ester Moreira, acusou o governo de censura a um espetáculo de teatro (GABRIEL, 2019). Em seu lugar, fora nomeado Dante Mantovani, que declarou publicamente que “rock leva ao aborto e ao satanismo” (DANTE..., 2019). No mesmo dia, o secretário nomeou o autodeclarado olavista e monarquista Rafael Nogueira para a Biblioteca Nacional (PASSOS, 2020). Houve também, a indicação de Sérgio Nascimento de Camargo à frente da Fundação Palmares (SOARES; GIULINO, 2019), apesar dos seus posicionamentos opostos à função da pasta como a defesa da criminalização do movimento negro.

As indicações para a comissão que gerencia a Ancine incluíram um pastor evangélico e uma pessoa vinculada à igreja neopentecostal, ocupando dois dos quatro cargos

11 Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista entre 1933 e 1945.

mais importantes para a Agência. O Pastor, colunista social e empresário Edilasio Barra já havia ocupado o cargo da superintendência de Desenvolvimento Econômico, do órgão responsável pela gestão do FSA que teria investido cerca de 800 milhões de reais no mercado brasileiro em 2018. Sua atuação ideológica como um dos coordenadores da campanha bolsonarista no Rio Grande do Sul teria sido considerada “extremamente radical”, inclusive por seus partidários (MATEUS, 2020).

Em fevereiro de 2020, o capitão de Mar e Guerra da Marinha, Eduardo Andrade Cavalcanti de Albuquerque, foi indicado ao mesmo cargo (ANCINE..., 2020a)<sup>12</sup>. De forma que duas das quatro vagas da diretoria colegiada da Agência de Cinema passaram a ser ocupadas por um Pastor e um Militar, contrariando o recorrente discurso do governo de que faz nomeações “técnicas”.

Nos cargos de segundo escalão observam-se ainda indicações por vinculações políticas junto com o exército e a igreja neopentecostal, além de indicações de ordem aparentemente pessoal como o caso da dentista de Mário Frias, Edianne de Abreu, cotada para a Coordenação Geral do centro técnico de Audiovisual da Ancine (LOURENÇO, 2020), apesar de posteriormente questionada e anulada pelo Ministério Público; houve também a nomeação de Katiane de Fátima Gouvêa como Secretária do Audiovisual, logo após ter participado da construção de um dossiê que “monitorava” a Ancine (DOSSIÊ..., 2020) e solicitava sua extinção (NOVA..., 2019).

Um dos fatos a ser apontado aqui foi a exoneração da coordenadora de Gestão de Negócios da Ancine, Mastroiane Bento Dias, por ter se recusado a paralisar

as contratações de projetos que ganharam na Justiça o direito de serem continuados (MEDEIROS, 2020d). O comitê gestor da agência também enfrentou alta rotatividade. Houve disputas políticas internas, que resultaram na abertura de processo contra o então presidente da Agência, Christian de Castro, e outros ex-diretores, o que acarretou na sua exoneração. Além disso, houve mudanças realizadas diretamente por Bolsonaro, como a manutenção do poder de decisão concentrado apenas nas mãos do presidente interino, Alex Muniz, que perdurou por meses, ou ainda a reconstituição do comitê posteriormente formado apenas por nomeações interinas, não submetendo-as à sabatina no Senado. Essas alterações teriam atrasado e inviabilizado diversas medidas ordinárias da agência (RISTOW, 2019).

Como mencionado anteriormente, em setembro de 2020, Mário Frias teria nomeado irregularmente a si mesmo no Diário Oficial, declarando-se ordenador de despesas da Secretaria. Vale ressaltar que ele, nomeado como o principal nome da Secretaria da Cultura, não possuía qualquer experiência em gestão pública antes de ocupar o cargo (CARMELO, 2020a).

Nota-se que apesar das constantes trocas de comando na pasta da Cultura, a rotina de nomeações controversas se manteve, com indicações contestadas, em sua maioria pela ausência do caráter técnico na escolha (CAZES; GOBBI, 2020). Houve a nomeação do pastor Tassos Lycurgo para a diretoria do IPHAN (PASTOR..., 2020) e a nomeação do Capitão da PM baiana, André Porciúncula, ao cargo de Secretário Nacional de Fomento à Cultura (BOLSONARO..., 2022).

12 O relatório do Observatório de Cinema e Audiovisual da ANCINE, com os dados do setor desde 2002, foi descontinuado em 2019, produzindo um apagão de dados na agência. Ver o site: <https://oca.ancine.gov.br/mercado-audiovisual-brasileiro>, acessado 12/03/2022.

O ex-assessor de Carlos Bolsonaro, Luciano Querido, saiu da presidência da Funarte e foi nomeado como diretor do Centro de Artes Visuais (MORAES, 2020); O Coronel da reserva, Paulo César Dias de Alencar, foi designado como substituto eventual do cargo de Secretário de Desenvolvimento Cultural (MOTORYN, 2020).

Dessa forma, ao analisar as notícias em questão, torna-se evidente que as nomeações no setor da cultura estão relacionadas a um potencial aparelhamento com influências militarizadas e ligações com setores evangélicos. Isso indica a ausência de critérios técnicos nas nomeações e, ao mesmo tempo, uma orientação tradicionalmente alinhada a setores conservadores nas políticas culturais.

#### 4. Ações e omissões

Há indícios do que a direita denomina por “guerra cultural” travada pelo governo em várias esferas de atuação do Estado. Por exemplo, o não aporte aos recursos do FSA e a demora de nomeação do seu conselho gestor durante as gestões de Christian de Castro (2019) e de Alex Braga (2020) na Ancine (MEDEIROS, 2020a).

Após declarar que era preciso instituir “filtros” nas obras financiadas pela Ancine, caso contrário extingiria o órgão ou iria privatizá-lo (DELLA COLETTA, 2019), Bolsonaro declarou que o novo presidente da Agência deveria ser evangélico e saber “recitar de cor 200 versículos da bíblia” (BRANT, 2019).

O governo propôs um corte de 43% no orçamento do FSA para o ano de 2020. Isso desfalcou significativamente o setor audiovisual, que chegou a representar 0,44% do PIB em 2017 (OCA; ANCINE, 2020), sendo um dos setores de maior crescimento no país (BRASIL DE FATO, 2020; OCA; ANCINE, 2016). Os problemas de repasses das verbas

do FSA, entretanto, precederam aquela gestão, permanecendo paralisadas desde 2018. Em 24 de junho de 2020, o valor retido chegava a R\$900 milhões pendentes, incluindo editais já aprovados, produções em parceria com estados e municípios, canais de televisão e produtoras independentes (MEDEIROS, 2020c).

Outra alteração da conduta da agência foi o aumento da exigência de garantia de recursos próprios pelas produtoras para a liberação dos benefícios fiscais federais pela Ancine em setembro de 2019, afetando principalmente as pequenas produtoras, que são a maioria do mercado do audiovisual (ANCINE, 2019).

Por exemplo, a ausência de aporte dos recursos da Ancine ao Programa Ibermedia obstaculizou o acesso às verbas do programa aos filmes selecionados brasileiros na convocatória de 2019 (VILLMERSDORFF, 2020).

Após pressão realizada pelo Ministério Público, Congresso e a Advocacia Geral da União (AGU) em outubro de 2020, a Ancine divulgou os dados do ano e confirmou que nenhum edital teria sido lançado nesse período e que a verba do FSA não teria sido repassada para novos filmes brasileiros.

A diretoria da Ancine anulou aproximadamente 200 processos de produtoras pela liberação das verbas já aprovadas, sob a alegação de crise financeira (CARMELO, 2020c). Essa informação, entretanto, fora questionada por alguns setores: documentos publicados pela revista Carta Capital apontam a disponibilidade de mais de R\$ 1 bilhão para operação por meio do FSA, que não poderia ser destinada para outros fins (CARMELO, 2020d). Após a Ancine vincular aprovação de projetos novos a contas antigas e praticamente paralisar os novos projetos, uma vez que a fila de análise das contas antigas inviabilizaria o andamento dos trabalhos da

pasta (MEDEIROS, 2020e). Como parte das medidas de enfraquecimento da Ancine, em novembro de 2020 o Ministério das Comunicações imputou a criação de um novo marco regulatório do audiovisual brasileiro à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo reportagem, essa designação desacata a MP 2228/2001 que determina que este tipo de decisão e elaboração só pode ser tomada pela própria Ancine. Em situações anteriores, a OCDE declarou ser favorável ao fim da Ancine, defendendo que esta se funda com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) (CARMELO, 2020e).

Também há indícios de que a Lei de Incentivo à Cultura, também conhecida como Lei Rouanet, frequentemente criticada por políticos neoconservadores sofreu boicotes na pasta. Faltando uma semana para o término de 2020 e, conseqüentemente, do prazo para as empresas financiadoras realizarem os repasses para garantirem o direito de abater o valor do imposto devido, Frias publicou uma portaria criando metas para as análises das prestações de contas das propostas. Estimava-se cerca de 400 projetos aprovados na lei, e recursos no volume aproximado de R\$1,2 bilhão travados na Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura à espera da assinatura pelo titular da pasta (André Porciúncula) e da publicação no Diário Oficial para serem realizados. (NIKLAS, 2020b).

Já durante a pandemia, a Lei 14.017/20, conhecida como Lei Aldir Blanc, foi sancionada em 29 de junho de 2020, resultado de projeto de autoria da deputada federal Benedita da Silva (PT). Sua aprovação foi impulsionada pelas pressões dos produtores

e trabalhadores da cultura que, apesar de terem sido um dos setores mais afetados por conta da pandemia do SARS-cov 19, com a totalidade das atividades paralisadas, estavam completamente desassistidos, carentes de medidas emergenciais da Secretaria Especial da Cultura desde a gestão de Regina Duarte. Segundo dados obtidos antes da aplicação da Lei Aldir Blanc<sup>13</sup>, o setor Audiovisual perdeu 39% dos postos de trabalho durante a pandemia, em comparação com o ano anterior (CARMELO, 2020f).

Não obstante a atuação do governo no sentido de não aprovar a lei, Frias comemorou a sanção da lei como um mérito do presidente, omitindo a autoria e a atuação do Congresso. Ele afirmou que a Lei Aldir Blanc estava possibilitando “[...] a correção de um erro histórico, pois apesar de governos anteriores incluírem a cultura brasileira em seus discursos calorosos, não a privilegiavam em seus orçamentos” (MARIO..., 2020).

Assim, as notícias classificadas por nós enquanto ações e omissões sugerem o corte do financiamento das políticas de incentivo à cultura, especialmente no audiovisual, utilizando-se de uma narrativa de guerra cultural e “filtro estético” que apontam, ademais do boicote já observado por Kátia Moraes (2019), ou ainda da orientação com características entre o conservadorismo e o liberalismo apontado por Ikeda (2022), uma possível orientação ideológica e potencial atividade censora.

## 5. Pressões e polêmicas

A gestão da Secretaria Especial da Cultura sob o atual governo acumula polêmicas

13 Políticas culturais de defesa e fomento da produção audiovisual nacional são praticadas em muitos países. No caso da Europa, ver, por exemplo, *Le financement public du cinéma et des contenus audiovisuels* (KANZLER; MILLA; FONTAINE, 2016).

e críticas de amplo espectro da comunidade política e da sociedade civil. Artistas e produtores denunciam constantemente as investidas contra as políticas culturais e acusam o que chamam por “ala ideológica do governo” de usurpar a Secretaria da Cultura para propagar seus ideais conservadores e aparelhar ideologicamente as políticas culturais (BATISTA; MACIEL; MACHADO, 2020).

Inúmeras publicações denunciam tal aparelhamento das instâncias para barrar produções cujas abordagens não interessariam ou não se alinhariam ao governo bolsonarista (MEIRELLES, 2020), além da denúncia de que instituições como a Ancine estariam sendo esvaziadas de modo a dificultar as produções que o presidente desaprova (ROLIM, 2020).

Nesse período, houve uma série de ações tomadas por órgãos diversos do Estado, como por exemplo a iniciativa do Ministério Público Federal (BRASIL, 2019b) envolvendo a acusação de censura prévia a editais LGBTQIA+, e a investigação movida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a má gestão dos recursos do FSA (MEDEIROS, 2020a).

Após o TCU suspender a metodologia de prestação de contas “ANCINE+SIMPLES”, implementada em 2015, e que se baseia na verificação das documentações por amostragem, a Ancine mudou a forma de análise das prestações de contas.

Nos novos critérios, os processos parados na entidade levariam pelo menos quatro anos para serem analisados (ANCINE..., 2020b). Especialistas e trabalhadores da cultura alegam que o parecer do TCU e a interdição dos repasses financeiros possuem caráter político

e colocam em xeque a posição de crescimento do Brasil no mercado internacional do audiovisual (BIONDI, A.; BIONDI, P., 2019). Em nota posterior, o TCU afirmou que sua orientação não tinha o objetivo de congelar as produções do setor, apontando que sua iniciativa fora utilizada de forma deturpada pela Agência (BERGAMO, 2019).

Nesse ínterim, agentes do audiovisual recorreram à Justiça para garantir o acesso às verbas. Cerca de 200 processos foram movidos contra a Ancine, reivindicando o repasse imediato dos fundos pré-aprovados. No entanto, em setembro de 2020, o desembargador do TRF2, Roy Reis Friede, suspendeu integralmente os mandados de segurança desfavoráveis à Ancine, alegando déficit de verbas; os advogados dos produtores recorreram da decisão (CARMELO, 2020d). Em dezembro de 2020, estimava-se a estagnação de 782 projetos audiovisuais, referentes a editais dos anos 2016, 2017 e 2018<sup>14</sup> (BATISTA, 2020).

Com efeito, a Ancine reteve toda a arrecadação do FSA, além de encaminhar uma proposta para acabar com a exigência de cotas para a exibição de filmes e séries nacionais em 2021, justificando que não haveria produções nacionais suficientes<sup>15</sup> (PIPOCA MODERNA, 2020a).

Houve também a audiência pública feita pelo STF, após a transferência do Conselho Superior de Cinema do Ministério da Cidadania para a Casa Civil (EBC, 2019). Participaram da audiência artistas que se declararam contra a censura e o cancelamento de editais da Ancine (MORAIS, E. 2019), membros da OAB e entidades sindicais que defendem a

14 Ver, por exemplo, as ações supracitadas de Mário Frias e André Porciúncula.

15 Entre os anos de 2019 e 2021 não foram realizados novos editais. Apenas em 2022 é lançado um novo edital para realizadores iniciantes.

pluralidade e a liberdade de expressão (ENTIDADES..., 2019).

Houve também eventos de relativa pressão à condução do governo gerados pela oposição. Em junho de 2020, por exemplo, os partidos PSB e Cidadania entraram com um mandado de segurança coletivo no STJ contra a Ancine para a liberação imediata dos recursos do FSA relativos a 2018, 2019 e 2020 (MEDEIROS, 2020b).

No mesmo mês, cineastas recorreram à via judicial para que a Ancine despachasse processos de filmes cujos prazos legais para análise expiraram (OLIVEIRA, 2020). Em agosto de 2020, entidades representativas de produtoras de audiovisual pressionaram a pasta divulgando uma carta aberta ao Comitê Gestor do FSA, cobrando da Ancine que contratasse, de forma imediata, projetos selecionados até 2018, e que encaminhasse novos editais referentes aos orçamentos aprovados para 2019 e 2020, reforçando ainda a necessidade de repasses para os anos vindouros (PRODUTORES..., 2020). Em 18/12/2020, o MPF entrou com ação de improbidade administrativa contra os diretores e o procurador-chefe da Ancine pela paralisação de projetos, referentes a editais passados, lançados com recursos do FSA (PIPOCA MODERNA, 2020b).

Em setembro de 2020, representantes do comitê de gestão do FSA foram chamados à Câmara Federal para prestar esclarecimentos acerca do motivo pelo qual não repassaram as verbas para editais pré-aprovados. Também foram convidados a comparecer o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro e o diretor interino da Ancine, Alex Braga. Chamou a atenção o fato de o secretário Mário Frias não ter sido convocado, mesmo sendo membro do comitê gestor do fundo (CARMELO, 2020b; MÜLLER, 2020).

Em outubro de 2020, o MP deu um prazo de duas semanas para que a Ancine

explicasse porque havia aprovado apenas um projeto para receber recursos do FSA nos primeiros dez meses de 2020, visto que anteriormente a média mensal de projetos aprovados era de 25 (MÜLLER, 2020).

Ainda em outubro de 2020, a Coalizão pelos Fundos Filantrópicos, que reúne lideranças das 70 principais instituições dos setores social e cultural do país, cobrou do governo federal a regulamentação de uma lei de incentivo à cultura, aprovada em 2019, que dá acesso ao incentivo fiscal para fundos patrimoniais (BONIN, 2020).

Em mais um desdobramento do imbróglio da Cinemateca, os movimentos SOS Cinemateca - APACI e o Cinemateca Viva, cobraram do governo federal a implementação de um plano de trabalho emergencial em prol da instituição. Esse assunto mobilizou inclusive figuras importantes do audiovisual internacional, como o cineasta Martin Scorsese (MARTIN..., 2020).

Mário Frias se envolveu pessoalmente em mais uma polêmica nas redes sociais ao responder um post do deputado estadual fluminense Flávio Serafini com a seguinte frase: “Cuidado com PF”. O deputado interpretou a sigla como Polícia Federal, portanto, como uma ameaça, e cobrou da Justiça do DF uma explicação do secretário que afirmou que a sigla se tratava de “prato feito” (SERAFINI, 2020).

A análise das pressões e polêmicas que envolvem a Secretaria de Cultura trouxe à tona denúncias a investidas substantivas do governo contra políticas culturais, através de iniciativas administrativas e judiciais para barrar o financiamento de editais. Além disso, aponta indícios de uma instrumentalização ideológica das instituições, orientada principalmente por um viés conservador, com o intuito de dificultar e/ou barrar produções cujas abordagens desagradam o

chefe do Executivo.

## 6. Denúncias de censura

No período analisado, uma série de denúncias públicas de censura foram feitas por diversos agentes, como servidores, políticos, produtores culturais e artistas. Uma das denúncias mais pungentes, por exemplo, teria sido feita por Henrique Medeiros Pires, Secretário da Cultura que pediu exoneração após a suspensão da Chamada Pública BRDE-FSA PRODAV-08-2018, acusando publicamente o governo de censura (PARA..., 2019).

Segundo informações divulgadas pela mídia, após a Live do presidente criticando a participação de quatro filmes LGBTQIA+, o então ministro da cidadania Osmar Terra teria determinado a suspensão do referido edital em andamento (NIKLAS, 2019c), através da Portaria nº 1576, de 20 agosto 2019 (BRASIL, 2019a), e, em menos de uma semana após estes eventos, o secretário pediu exoneração do cargo (FERNANDES, 2019).

O incidente envolvendo o edital tornou a possível “aplicação do filtro” anunciada por Bolsonaro (DELLA COLETTA, 2019) uma intervenção mais explícita. Não obstante a decisão judicial de suspender o cancelamento do edital (PIPOCA MODERNA, 2020a). O resultado final deixou de fora da seleção as quatro séries citadas pelo presidente na live, que eram finalistas. Os diretores e produtores das séries citadas denunciaram à imprensa que o fato de nenhuma das quatro que eram as mais cotadas (segundo o próprio Bolsonaro) terem sido selecionadas, evidenciaria a perseguição (NIKLAS, 2020c).

Houve ainda a exoneração da coordenadora da Funarte SP, Maria Ester Moreira, que declarou em reportagem que o motivo de afastamento do cargo teria sido sua oposição à censura de um espetáculo de teatro (GABRIEL, 2019).

Outro acontecimento que sugere a

possível prática de censura pelo órgão está relacionado à retirada de todos os quadros com pôsteres dos filmes nacionais das dependências físicas e do site da ANCINE em novembro de 2019 (PUTTI, 2019).

Mais um episódio que caminha nesse sentido, aconteceu quando a Secretaria de Gestão Interna da entidade cancelou a exibição do filme “A Vida Invisível” de Karim Aïnouz, durante um evento interno de capacitação de funcionários. O argumento utilizado foi problemas técnicos no aparelho de reprodução, o que foi desmentido por funcionários do setor (AGÊNCIA..., 2019).

Trabalhadores da Ancine denunciaram anonimamente que estavam sendo pressionados a travar o andamento de projetos que abarcavam temáticas cujo governo tenha desacordo, como LGBTQIA+, engajamento político ou cenas de sexo, mesmo que possuam as documentações necessárias. As ameaças envolviam, segundo a reportagem, inviabilizar promoções, transferências e a retirada de gratificações (MILLER, 2020).

Em outubro de 2020, houve o cancelamento da peça teatral *Caranguejo Overdrive* no CCBB-RJ, cujo conteúdo teria um trecho de monólogo que citava Marielle Franco e outro incluindo nudez; o cancelamento seria a pedido feito pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (MOURA, 2020). O Ministério Público Federal acusou o governo e o CCBB de impedir tanto o direito de manifestação artística, quanto de cercear a livre circulação de ideias (NETTO, 2020).

Envolta em polêmica desde 2019, há a denúncia de censura do diretor do filme Marighella. A Ancine alega que não houve censura e os impedimentos para o lançamento viriam de pendências administrativas da produtora O2 Filmes, o que foi confirmado pela produtora. Wagner Moura alega, entretanto, que a agência está usando instrumentos burocráticos para dificultar produções das quais o governo discorda e que estaria aplicando um tipo de censura “diferente do convencional”. Não obstante,

o filme teve uma pré-estreia em Salvador em novembro de 2020<sup>16</sup> (PAIVA, 2020).

Observa-se no período analisado a existência de múltiplas iniciativas extragovernamentais de cerceamento da livre expressão artística. Essas iniciativas se deram em grande parte através de medidas judiciais ou de outras esferas estatais, como polícias civis e militares. Não dispomos de dados suficientes, porém, para estabelecer uma comparação com períodos anteriores, apesar de observarmos sua existência expressiva. Destacamos aqui a ação que chegou ao STF sobre o especial de Natal do grupo Porta dos Fundos (SUPREMO..., 2020); algumas ações policiais contra atividades artísticas (HAILER, 2020; SANTOS, 2020); a mobilização da lei de segurança nacional, da época da ditadura<sup>17</sup> (MORI, 2020); ou ainda os indícios de censura a um espetáculo teatral no Festival de Teatro de Brasília, que continha imagens de Bolsonaro (RACY, 2020).

Aparentemente, há uma série de intervenções difusas que não necessariamente estão vinculadas diretamente ao governo federal, mas que poderiam ser interpretadas como parte da onda neoconservadora em voga (SAUVÊTRE; DARDOT; LAVAL, 2020); essa pesquisa, todavia, não se propôs a analisá-las.

Como observado, o governo acumula acusações de denúncias de censura de agentes vinculados tanto à gestão do Poder Executivo, como agentes da cultura, frentes de políticos e instituições jurídicas.

Isso corrobora nossa suspeição da existência de práticas censórias no âmbito do referido governo e fortalece nossa demanda por aprofundar as pesquisas sobre a temática, através de distintas abordagens metodológicas.

## Considerações finais

Considerando as análises apresentadas

nas seções anteriores deste estudo, é possível traçar um panorama complexo das questões que envolvem a cultura e as políticas culturais sob a administração do período analisado.

Na seção dedicada à Arquitetura Institucional, identificamos uma centralização excessiva de poder, além de toda uma reestruturação que tem como consequência potenciais atrasos na implementação de políticas culturais, afetando a autonomia e eficiência das subsidiárias, bem como sua relação com a sociedade.

Posteriormente, evidenciamos um padrão de indicações vinculadas a setores militares e evangélicos, em detrimento de critérios técnicos, o que levanta questões sobre a orientação e capacidade técnica da gestão cultural, assim como a possibilidade de orientação deliberadamente conservadora na condução das políticas voltadas ao setor.

Não obstante, constatamos uma tendência à redução de investimentos em políticas de incentivo à cultura, notadamente no campo audiovisual, associada a uma narrativa de guerra cultural e um suposto “filtro estético”. Esses elementos sugerem indícios de uma possível orientação ideológica e atividades censórias.

Ademais, observamos a existência de diversas denúncias de iniciativas governamentais para bloquear o financiamento de editais culturais, bem como uma instrumentalização ideológica das instituições culturais, com viés conservador, visando obstruir produções que desagradam ao governo. Essas denúncias, que por vezes se expressam de forma direta como denúncias de censura por parte de agentes culturais, políticos e instituições jurídicas, reforçam a suspeita de práticas censórias no âmbito governamental.

Não podemos considerar as fontes de

16 Posteriormente alterado em 25 de novembro de 2020 pelo Decreto nº 10.553.

17 A Lei de Segurança Nacional foi revogada em 2021 através da lei 14.197, sendo aprovada pelo presidente com vetos aos trechos que combatem a difusão de Fake News (AGÊNCIA SENADO, 2021).

notícia como fontes primárias para analisar as mudanças de governo ou as políticas públicas, tampouco a produção jornalística nos permite acessar a repercussão das intervenções do governo na área da cultura na própria mídia.

Assim, acessamos a atividade governamental de forma mediada por tal produção, nos submetendo a todas as variáveis que interferem na qualidade da produção de dados no âmbito do periodismo. Isso inclui aspectos como as distintas linhas editoriais, os filtros internos, a possível ausência de critérios científicos em relação à obtenção dos dados, as trajetórias sociais de jornalistas e as empresas de comunicação, interesses conjunturais das grandes corporações midiáticas, entre outros fatores que nos levam a ter reservas na utilização das notícias como fonte científica.

Já a extensa cobertura jornalística do fenômeno nos sugere que há, por parte do governo, indícios de mudanças na arquitetura institucional de gestão das políticas públicas voltadas à cultura, além da gestão do Estado através dos dispositivos administrativos, nomeações em cargos-chave e intervenções diretas no conteúdo dos editais, que apontam para uma tendência a centralizar e controlar a produção cultural de forma a possibilitar mecanismos de restrição e censura à produção artística.

Além das indicações de ordem aparentemente pessoal, observam-se indicações por vinculações políticas junto ao exército e à igreja neopentecostal. Paralelo a isso, a análise das notícias aponta para uma instrumentalização das subsidiárias da Secretaria de Cultura, orientada por viés ideológico conservador. Contudo, o corte do financiamento das políticas de incentivo à cultura, de forma geral, e mais especificamente do audiovisual, promove um boicote que dificulta as produções que não passam pelo “filtro estético” supracitado, observando-se assim uma potencial atividade censória.

A confirmação desses indícios, porém,

demandam a continuação da pesquisa através de metodologias mais criteriosas e robustas que possibilitem afirmações baseadas em fontes primárias como a análise documental e de políticas públicas, além de metodologias que acessem as perspectivas dos agentes envolvidos e afetados pela atuação desse governo: produtores, artistas e funcionários do Estado envolvidos com a pasta da Secretaria Especial da Cultura.

Algumas das ações do governo, mencionadas anteriormente no campo do cinema, que contemplam, *pari passu*, a alteração do conselho de cinema, trazendo à Casa Civil o congelamento das verbas e a quase paralisação das atividades da Ancine devido à ausência de nomeações para o conselho gestor, sugerem uma dupla tendência de atuação. Por um lado, há o boicote e desmonte das instâncias estatais e políticas públicas existentes. Por outro lado, há um posicionamento dos agentes públicos, incluindo declarações do próprio presidente e do Secretário Especial de Cultura Mário Frias, no sentido de controlar o conteúdo das expressões artísticas e audiovisuais que serão fomentadas pelo Estado.

Tais aspectos apontam para uma complexa atuação nos espaços governamentais e das subsidiárias de cultura, envolvendo a prática de táticas administrativas para boicotar a produção cultural ou para aplicar uma orientação política neoconservadora à sua produção.

Assim, a reestruturação administrativa e a nomeação de conservadores, especialmente militares e líderes neopentecostais sem experiência no campo da arte e da cultura para cargos chave nas instituições culturais do país, potencializam essa dupla intervenção no sentido do boicote e da tentativa de orientação conservadora das políticas públicas. Tais iniciativas foram alvo de protestos e resistências em âmbitos diversos, algumas delas acusando diretamente o governo de censura, através de denúncias dos meios de comunicação e processos judiciais, incluindo denúncias de artistas e de integrantes da

própria gestão.

Apesar de tendermos a concordar pessoalmente com as conclusões de Sanglard, Orlandini e Oliveira (2023) e de Silva e Gonçalves (2023), entendemos que é preciso pensar e atualizar o conceito de censura, de forma a precisar melhor sua conformação em um período em que o neoliberalismo converge com aspectos de retrocesso democrático. Se, por um lado, observamos algumas denúncias de perseguições individuais a determinadas obras, por outro, um boicote às políticas públicas parece ter causado impacto no audiovisual brasileiro como um todo. Poderíamos identificar esse boicote massivo como uma censura em larga escala? Embora estejamos inclinados a confirmar tal análise, considerando os inúmeros indícios apontados no decorrer do texto e nossos interlocutores supracitados, a resposta a essa pergunta requer uma reflexão mais profunda sobre o tema e sobre os conceitos envolvidos

Em nossa perspectiva, o fenômeno analisado contempla um momento de convergência entre aspectos neocoloniais já presentes na produção cinematográfica latino-americanas (GETINO, 1990; GOMES, 2016), com o avanço de dinâmicas neoliberais e o avanço de práticas autoritárias (SAUVÊTRE, DARDOT, LAVAL, 2020) presentes no governo bolsonarista (CESARINO, 2019), considerando sua herança da ditadura militar e a renovação de seus métodos.

Portanto, acreditamos que é necessário um amadurecimento teórico para compreendermos a complexidade do fenômeno social que analisamos. Considerando aspectos mútuos de boicote e controle da produção cultural, de forma difusa, enquanto projeto político do grupo no poder, apesar das limitações metodológicas já mencionadas neste trabalho, fica evidente a necessidade de aprofundarmos os debates e reflexões em todas as esferas da sociedade sobre a temática da censura e sua atualização conceitual, indo além da censura clássica, sob o risco de um recuo na democracia que conhecemos.

## Referências

- AGÊNCIA de cinema do Brasil proíbe que funcionários exibam filme inscrito para Oscars. *Portugal Digital*, 10 dez. 2019.
- AGÊNCIA SENADO. Sancionada a revogação da Lei de Segurança Nacional; artigo contra disseminação de fake news é vetado. *Senado Notícias*. 2 de setembro de 2021.
- ALIADOS reagem a demissões na Cultura. *ISTOÉ Independente*, 29 nov. 2019. ALMEIDA, S. L. Neoliberalismo e liberalismo. In: GALLEGOS, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AMADO, G. Mario Frias se autoneomeia ordenador de despesas da Cultura. *Época*. 10 set. 2020. ANCINE. Instrução Normativa nº 149. 17 set. 2019.
- ANCINE nomeia capitão de Mar e Guerra para atuar na Diretoria Colegiada. *O Estado de S. Paulo*, 4 fev. 2020a.
- ANCINE aprova nova metodologia de prestação de contas. 29 abr. 2020b.
- BARBOSA, M. Ancine: alteração na movimentação de recursos pode inviabilizar projetos audiovisuais. *Brasil de Fato*, 13 nov. 2019.
- BATISTA, L.; MACIEL, N.; MACHADO, M. Artistas, curadores e críticos reagem à aprovação de projeto que censura exposições. *Correio Braziliense*, 19 ago. 2020.
- BATISTA, V. MPF entra com ação de improbidade por paralisação de 782 projetos da Ancine. *Correio Braziliense*, 18 dez. 2020.
- BERGAMO, M. TCU convoca diretor da Ancine e servidores para explicar paralisação de verbas. *Folha de S. Paulo*, 25 mai. 2019.
- BIONDI, A.; BIONDI, P. Impasse entre TCU e Ancine paralisa concessão de novos incentivos a setor audiovisual. *Brasil de Fato*, 24 maio 2019.
- BISPO, B. *Sonhos Despertados: A Utopia No Novo Cinema Latino-Americano Da Década De 1960*. 2021. 407 f. Doutorado - UFBA, Salvador, 2021.
- BOLSONARO nomeia André Porciúncula para a Secretaria de Cultura a menos de 1 mês do fim do mandato. *G1*, 07 dez. 2022.
- BONIN, R. Organizações cobram do governo regulamentação de incentivo cultural. *VEJA*, 28 out. 2020.

- BRANT, D. Bolsonaro quer evangélico que “recite versículos bíblicos” na Ancine. *Folha de S.Paulo*, 31 ago. 2019.
- BRASI. Ministério da Cidadania. Portaria 1576. 20 ago. 2019a.
- BRASIL, Secretaria Especial de Cultura Portaria nº 3, de 4 de setembro de 2020. publicada no *Diário Oficial da União* (BRASIL, 2020a).
- BRASIL. Decreto no 9.674. Extinção Ministério da Cultura. 2 jan. 2019a.
- BRASIL. Decreto no 9.919. 18 jul. 2019b.
- BRASIL. Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da lei nº 7.505, de 2 ago. 1986, institui o PRONAC e dá outras providências. 1991.
- BRASIL. Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993. 20 jul. 1993.
- BUCCI, E. Censura: personagem onipresente na história do Brasil. Em: COSTA, M. C. C. (Ed.). *Diálogos sobre censura e liberdade de expressão Brasil e Portugal*. São Paulo: ECA/USP, 2014.
- BUNN, M. Reimagining Repression: New Censorship Theory and After. *History and Theory*, v. 54, n. 1, p. 25-44, 2015.
- CARMELO, B. Mário Frias, Secretário da Cultura, burla a lei ao nomear a si mesmo no *Diário Oficial. Papo de Cinema*, 11 set. 2020a.
- CARMELO, B. Crise na Ancine: Representantes são convocados pela Câmara para prestar esclarecimentos. *Papo de Cinema*, 16 set. 2020b.
- CARMELO, B. Ancine consegue anulação de 200 processos judiciais por liberação de verbas. *Papo de Cinema*, 17 set. 2020c.
- CARMELO, B. Ancine: Mais de R\$ 1 bilhão em fundos não foram repassados ao cinema brasileiro. *Papo de Cinema*, 16 out. 2020d.
- CARMELO, B. Governo federal prepara intervenção na Ancine sem consultar setor audiovisual. *Papo de Cinema*, 12 nov. 2020e.
- CARMELO, B. Setor audiovisual perde 39% dos postos de trabalho durante a pandemia. *Papo de Cinema*, 27 nov. 2020f.
- CARNEIRO, M. L. T. *Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: FAPESP/Ateliê Editorial, 2002.
- CAZES, L.; GOBBI, N. Em 2020, rotina de nomeações controversas e crises nos órgãos vinculados à Cultura se repetiu. *O Globo*, 20 dez. 2020.
- CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, p. 530-557, 19 dez. 2019.
- CHAPARRO, M. C. Censura, fantasma de múltiplas faces. In: COSTA, M. C. C. (org.). *Diálogos sobre censura e liberdade de expressão Brasil e Portugal*. São Paulo: ECA/USP, 2014.
- CINEMATECA brasileira teve um dos seus anos mais difíceis em 2020. *O Estado de S. Paulo, Cultura*, 23 dez. 2020.
- CNN BRASIL. Exclusivo: Regina Duarte minimiza ditadura e interrompe entrevista à CNN. *CNN BRASIL*, 7 mai. 2020.
- COSTA, M. C. C. (org.). *Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Anablume: FAPESP, 2008.
- COSTA, M. C. C. *Diálogos sobre censura e liberdade de expressão Brasil e Portugal*. São Paulo: ECA/USP, 2014a.
- COSTA, M. C. C. *A censura em debate*. São Paulo: ECA/USP, 2014b.
- COSTA, M. C. C. Isto não é censura—a construção de um conceito e de um objeto de estudo. *Anais: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo, 2016.
- COSTA, M. C. C.; SOUSA JUNIOR, W. Censura e pós-censura: uma síntese sobre as formas clássicas e atuais de controle da produção artística nacional. *Políticas Culturais em Revista*, v. 11, n. 1, p. 19-36, 2018.
- DANTE Mantovani, novo presidente da Funarte, é maestro, e diz que “rock leva ao aborto e ao satanismo”. *O Globo*, 2 dez. 2019.
- DARNTON, R. *Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- DELLA COLETTA, R. Ancine precisa se alinhar a sentimento cristão da sociedade, diz porta-voz. *Folha de S.Paulo*, 6 ago. 2019.
- DOSSIÊ clandestino do governo acende debate sobre monitoramento. *Rede Brasil Atual*, 16 ago. 2020. EBC. Audiência no STF debate ação contra mudança no conselho de cinema. *Agência Brasil*, 4 nov. 2019.
- ENTIDADES e advogados encerram audiência pública sobre liberdades de expressão artística, cultu-

- ral e de comunicação. **Supremo Tribunal Federal**, 5 nov. 2019.
- FERNANDES, N. A. M. A política cultural à época da ditadura militar. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 3, n. 1, p. 173-173, 2013.
- FERNANDES, T. Secretário especial da Cultura deixa cargo e diz que governo tenta impor censura. **Folha de S.Paulo**, 21 ago. 2019.
- GABRIEL, R. S. Coordenadora da Funarte SP diz que foi exonerada após se opor a veto a espetáculo. **O Globo**, 23 ago. 2019. GARCIA, M. A censura de costumes no Brasil: da institucionalização da censura teatral no século XIX à extinção da censura da Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.
- GETINO, O. *Cine latinoamericano: Economía y nuevas tecnologías*. 1. ed. México: Felafacs, 1990.
- GOES, B.; ARAGÃO, H.; SOARES, J. Roberto Alvim copia discurso do nazista Joseph Goebbels e causa onda de indignação. **O Globo**, 16 jan. 2020.
- GOMES, P. E. S. *Uma situação colonial?* 1. ed. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2016.
- GUIMARÃES, F. S.; SILVA, I. D. O. E. Far-right populism and foreign policy identity: Jair Bolsonaro's ultra-conservatism and the new politics of alignment. **International Affairs**, v. 97, n. 2, p. 345, 2021.
- HAILER, M. Enquadro: Obra de arte que denunciava violência policial é censurada em Porto Alegre. **Revista Fórum**, 21 dez. 2020.
- IKEDA, M. G. As políticas públicas para o audiovisual. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 24, n. 1, p. 22-41, 15 maio 2022.
- KANZLER, M.; MILLA, J. T.; FONTAINE, G. *Le financement public du cinéma et des contenus audiovisuels: État des lieux du « Soft Money » en Europe*. Strasbourg: European Audiovisual Observatory, 2016.
- LGBTFOBIA. Mário Frias seguirá agenda de censura aos LGBT's: "seguirei a linha estética do padrão". **ESQUERDA Diário**, 29 jun. 2020.
- LOURENÇO, M. Dentista amiga de Mario Frias vira chefe do Centro Técnico Audiovisual. **Folha de S.Paulo**, 16 set. 2020.
- MARIO Frias celebra lei Aldir Blanc, felicita Bolsonaro e omite autoria no Congresso. **Folha de S.Paulo**, 30 nov. 2020.
- MARTIN Scorsese cobra governo brasileiro para salvar Cinemateca: 'Artes são necessidade'. **Rolling Stone Brasil**, 4 nov. 2020.
- MATEUS, L. Pastor indicado para Ancine preocupa até agentes da cultura ligados ao governo. **G1**, 21 fev. 2020.
- MEDEIROS, J. Ancine: TCU investiga paralisação proposital do Fundo do Audiovisual. **Farofafá**, 19 maio 2020a.
- MEDEIROS, J. Partidos entram com ação coletiva contra a Ancine no STJ. **Farofafá**, 23 jun. 2020b.
- MEDEIROS, J. O Plano Cascatol da Ancine. **Farofafá**, 24 jun. 2020c.
- MEDEIROS, J. Ancine: exoneração de servidor pode levar a audiência na Câmara. **Farofafá**, 16 jul. 2020d.
- MEDEIROS, J. Ancine vincula aprovação de projetos novos a contas antigas. **Farofafá Ancine**. 11 nov. 2020e.
- MEIRELLES, S. Uma nova censura: burocracia, bloqueios e algoritmos. **Observatório da Imprensa**, 4 fev. 2020. MERGULHÃO A.; QUEIROGA, L. Incêndio atinge galpão da Cinemateca Brasileira, em São Paulo. **O Globo**, 29 jul. 2021. MILLER, V. Ancine foi orientada a atrasar verbas para projetos com temas LGBT+ e outros que desagradam o governo. **Gay Blog**, 8 jun. 2020.
- MORAES, G. Ex-assessor de Carlos Bolsonaro volta à Funarte duas semanas após ser demitido. **O Tempo**, 01 out. 2020.
- MORAIS, E. Contra a censura, Caetano Veloso irá para audiência pública no STF. **Blog do Esmael**, 24 out. 2019.
- MORAIS, K. S. Do apogeu a crise da política audiovisual brasileira contemporânea/Del apogeu a la crisis de la política audiovisual brasilena contemporânea/From the heyday to the crisis of contemporary Brazilian audiovisual policy. (Monográfico). **Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 142, p. 57, 2019.
- MORI, L. Lei de Segurança Nacional: por que lei criada na ditadura voltou a ser tão usada em 2020. **BBC NEWS BRASIL/TERRA**, 22 jun. 2020.
- MOTORYN, P. Mário Frias nomeia militar na Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural. **Poder 360**. 28 out. 2020.
- MOURA, E. Censura a peça em que aparece homem nu motiva ação contra governo Bolsonaro. **Folha de S.Paulo**, 23 out. 2020.

- MÜLLER, M. Ancine é intimada novamente pelo Ministério Público a dar explicações. *Papo de Cinema*, 22 out. 2020.
- NAPOLITANO, M. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, p. 103-126, 2004.
- NETTO, P. R. MPF acusa Secom de Bolsonaro e CCBB de promover censura à peça de teatro no Rio. *UOL Notícias*, 22 out. 2020. NIKLAS, J. Relembra as crises de Roberto Alvim, secretário da Cultura que parafraseou Goebbels. *O Globo*, 17 jan. 2020a.
- NIKLAS, J. Mario Frias cria meta para prestação de contas da Lei Rouanet e prioriza grupo de propostas. *O Globo*, 22 dez. 2020b.
- NIKLAS, J. Séries LGBT atacadas por Bolsonaro perdem edital da TV pública. *O Globo*, 21 jan. 2020c.
- NIKLAS, J.; GIANNINI, A.; MAIA G. Roberto Alvim convoca “artistas conservadores” para criar uma “máquina de guerra cultural”. *O Globo*. 18 jun. 2019.
- NIKLAS, J. Governo Bolsonaro suspende edital com séries LGBT para TVs públicas. *O Globo*, 21 ago. 2019c.
- NOVA secretária do audiovisual assinou dossiê pelo fim da Ancine. *ISTOÉ Independente*, 27 nov. 2019.
- OCA; ANCINE. *Valor adicionado pelo setor audiovisual: Estudo Anual 2016 (Ano-base 2014)*. Rio de Janeiro: ANCINE, 2016.
- OCA; ANCINE. *Valor Adicionado pelo Setor Audiovisual: Estudo Anual (Ano-base: 2018)*. Rio de Janeiro: ANCINE, 2020.
- OLIVEIRA, M. Ancine recebe enxurrada de liminares mandando analisar projetos. *Época*, 11 jun. 2020.
- PAIVA, V. ‘Marighella’ dribla censura e estreia em cinema de Salvador. *Hypeness*, 24 nov. 2020.
- PARA ficar e bater palma pra censura, eu prefiro cair fora”, diz Henrique Pires, ex-secretário especial de Cultura. *O Globo*, 21 ago. 2019.
- PASSOS, U. Olavista Rafael Nogueira nomeia dois conservadores à Biblioteca Nacional. *Folha Ilustrada*, 17 abr. 2020.
- PASTOR Tassos Lycurgo é nomeado diretor do Iphan. *O Estado de S. Paulo*, Cultura, 8 dez. 2020.
- PEREIRA, W. P. *O império das imagens de Hitler: o projeto de expansão internacional do modelo de cinema nazi-fascista na Europa e na América Latina (1933-1955)*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- PINTO, L. S. Projeto MEMÓRIA CINE BR - cinema brasileiro e censura: os anos da ditadura. In: COSTA, M. C. C. (org.). *A Censura em Debate*. São Paulo: ECA/USP, 2014.
- PIPOCA MODERNA. Guerra Cultural: Séries LGBTQ+ atacadas por Bolsonaro ficam sem verbas da Ancine. *Pipoca Moderna*, 22 jan. 2020a.
- PIPOCA MODERNA. MPF processa diretores da Ancine por improbidade administrativa. *Terra*, 18 dez. 2020b.
- PRODUTORES cobram Ancine por liberação de R\$688,2 milhões para projetos aprovados até 2018. *Bahia.Ba*, 11 ago. 2020.
- PUTTI, A. Ancine retira cartazes de filmes nacionais de sua sede e do site. *Carta Capital*, 4 dez. 2019.
- RACY. Diretor alega censura de Festival de Teatro de Brasília por obra com imagens de Bolsonaro. *O Estado de S. Paulo*, 9 dez. 2020.
- REINHOLZ, F. Com fundo retido, setor audiovisual brasileiro corre risco de quebrar. *Brasil de Fato*, 24 abr. 2020.
- RISTOW, F. Sem diretoria colegiada, Ancine dá “superpoder” ao presidente Alex Braga. *O Globo*, 1 out. 2019. RODRIGUES, D. Secretário da Cultura Ricardo Braga é demitido após 2 meses no cargo. *Poder 360*, 6 nov. 2019. ROLIM, M. Mario Frias apoia censura a LGBTs: “seguirei a linha estética do padrão”. *UOL - Observatório G*, 2 jul. 2020.
- SANGLARD, Fernanda Nalon; ORLANDINI, Maiara Garcia; OLIVEIRA, Bruna Silveira. Censura à arte como sintoma do autoritarismo brasileiro. *Latin American Research Review*, [s. l.], p. 1-25, 2023.
- SANTANA, S. L. C. *Das Leis de Incentivo ao Fundo Setorial do Audiovisual: uma análise das políticas públicas para o audiovisual no Brasil (2000-2015)*. 2019. Tese (Poscultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- SANTOS, W. O pranto embasado de censura inaceitável da PMJP faz artista plástico Marcos Pinto resistir em busca de liberdade. *WSCOM*, 10 nov. 2020.
- SAUVÊTRE, P.; DARDOT, P.; LAVAL, C. Le néolibéralisme autoritaire au miroir du Brésil. *Sens public*, n. SP1515, 25 jun. 2020.

SERAFINI out. 2020, F. “Cuidado com PF”: Mário Frias diz que resposta a deputado era menção a... “prato feito”. *O Globo*, 20.

SILVA, Thiago de Sales; GONÇALVES, Matheus Alves Silva. “É uma censura diferente, mas é censura”: crise de hegemonia e controle das artes no Brasil (2019-2021). *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 146-173, 2023.

SOARES, J.; GIULINO, D. Novo presidente da Fundação Palmares nega existência de racismo e pede

fim do movimento negro. *O Globo*, 27 nov. 2019.

SUPREMO do Brasil suspende censura a filme do Porta dos Fundos sobre Jesus gay. *Diário de Notícias*, 4 nov. 2020.

VILLMERCORFF, P. Dívida da Ancine em fundo internacional põe em risco coproduções brasileiras. *O Globo*, 1 dez. 2020. ZUBELLI, L. M. R. A. *Uma visão sistêmica das políticas públicas para o setor audiovisual: entendendo sua trajetória desde os anos 1990 no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, maio 2017.

## RESUMO

Considerando a assunção de um governo neoconservador, que defende o controle direto da produção cultural e artística, apresentaremos uma visão geral de notícias envolvendo ações governamentais que afetaram a produção audiovisual no país, tendo como escopo alguns indícios de práticas de censura. Utilizamos “Alertas do Google” com palavras-chave associadas ao assunto, resultando em um banco de dados com as notícias. Classificamo-las em: arquitetura institucional; nomeações e demissões de cargos essenciais; ações e omissões; pressões e controvérsias; e reclamações de censura envolvendo o governo e outras instâncias do Estado ou da sociedade civil. Além disso, realizamos uma breve discussão teórica sobre censura em diálogo com produções de Maria Cristina Castilho Costa. Provisoriamente, observamos sinais de um boicote à indústria audiovisual *pari passu* a medidas que sugerem práticas de censura difusa, exigindo mais pesquisas e uma reelaboração do conceito clássico de censura.

## PALAVRAS-CHAVE

Censura. Democracia. Neoconservadorismo. Audiovisual. Arte. Estado.

## ABSTRACT

Considering the assumption of a neoconservative government, which defends the direct control of cultural and artistic production, we will present an overview of news involving governmental actions that affected audiovisual production in the country, having as scope some indications of censorship practices. We used “Google Alerts” with keywords associated with the subject, resulting in a database with the news. We classified it into: Institutional architecture; Appointments and dismissals of essential positions; Actions and omissions; Pressures and controversies; and Censorship complaints involving the government and other instances of the State or civil society. Furthermore, we carried out a brief theoretical discussion about censorship in dialogue with productions by Maria Cristina Castilho Costa. Provisionally, we observe signs of a boycott of the audiovisual industry *pari passu* to measures that suggest diffuse censorship practices, demanding further research and a re-elaboration of the classic concept of censorship.

## KEYWORDS

Censorship. Democracy. Neoconservatism. Audiovisual. Art. State.

Recebido em: 04/11/2022

Aprovado em: 19/09/2023